

1 **ATA DA 54ª REUNIÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE**
2 **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS.**

3
4 Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, às quatorze horas e trinta minutos, na
5 Sala de Reuniões da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás –
6 IFG, realizou-se a quinquagésima quarta reunião do Conselho Superior – Consup, para tratar dos
7 seguintes pontos de pauta: 1) Informes; 2) Aprovação da 53ª Ata do Consup; 3) Minuta do
8 Estatuto do IFG; 4) Minuta do Projeto Político Pedagógico Institucional - PPPI; 5) Minuta do Plano
9 de Desenvolvimento Institucional - PDI; 6) Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna - PAINT
10 2019; 7) Calendários Acadêmicos 2019; 8) Apreciação da Oferta e do PPC do curso de
11 Especialização em Educação para Cidadania, Câmpus Formosa; 9) Minuta do Regulamento para
12 Concessão de Bolsas; 10) Apreciação dos PPCs dos cursos de Licenciatura em Química, Câmpus
13 Luziânia e Licenciatura em Letras, Câmpus Goiânia; 11) Parceria da Fundação RTVE com o IFG;
14 12) Alteração da Resolução 41/2017 (Política de Gestão de Riscos). A reunião foi presidida pelo
15 Presidente do Conselho Superior, professor Jerônimo Rodrigues da Silva, e secretariada pela
16 servidora Fernanda Eline de Oliveira, Redatora, com a presença dos Conselheiros: Alan Dumont
17 Clemente, Alessandro Ribeiro de Sousa, Alice Alves Lima, Aline Silva Barroso, Ana Lúcia Siqueira
18 de Oliveira, Elder Geraldo Domingues, Fernando Augusto Messias, Fernando dos Reis de
19 Carvalho, Gabriel Bernardes Coelho Lima, John Lennon Silva, José Carlos Barros Silva, Kepler
20 Benchimol Ferreira, Moisés Gregório da Silva, Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon, Patrícia
21 Santiago Vieira Furtado, Rebbeca Marques Martins Lima de Oliveira, Rherman de Souza Pires,
22 Sandro Ramos de Lima e Shilton Caldeira Nunes. Justificaram a ausência os Conselheiros:
23 Aloísio Silva de Aguiar, Hélio Naves, João Rocha de Assis, Sandra Lúcia Gonçalves, Tharles
24 Júnior de Souza e Vicente Pereira de Almeida. Não compareceram à reunião os Conselheiros:
25 Giovanna Cordeiro Guimarães, Márcia Pereira Carvalho, Marco Aurélio Anacleto de Toledo e
26 Roberto da Piedade Francisco. O Presidente do Conselho Superior iniciou a reunião
27 cumprimentando todos os presentes e a comunidade acadêmica que acompanhava a reunião pelo
28 ambiente virtual. Ressaltou que a reunião de hoje terá como pauta os principais documentos da
29 instituição, o Estatuto, o PDI e o PPPI, que precisam ser aprovados ainda este ano, pois no
30 começo do 2019, a instituição receberá a comissão de credenciamento. O presidente agradeceu
31 o desempenho do conselheiros em analisar os referidos documentos. Dentro dos informes, o
32 presidente destacou a homenagem da Câmara Municipal de Vereadores de Goiânia recebida pelo
33 IFG. Ressaltou que solenidade semelhante aconteceu no município de Inhumas. O Presidente
34 destacou também a realização do XI Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica, no Câmpus
35 Anápolis. O presidente comunicou que na semana anterior foi eleito como Presidente do Conselho
36 Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
37 (Conif) para o ano de 2019. A seguir, a reunião foi conduzida para a apreciação da 53ª Ata do
38 Consup, que foi aprovada pelo pleno. O presidente apresentou as justificativas de falta para esta
39 reunião, que foram acatadas pelos presentes. Antes de dar início aos próximos pontos de pauta, o
40 presidente convidou o servidor Weber Tavares da Silva Junior, que presidiu a Comissão Central
41 Sistematizadora – CCS do Congresso Institucional, para apresentar um histórico do evento e sua
42 metodologia, que gerou os documentos em pauta. O servidor Weber explicou que a metodologia
43 do Congresso foi decidida por este Conselho e que o início dos trabalhos iniciaram-se com
44 consulta à comunidade, por meio de plataforma no portal do IFG, cujas propostas passaram por
45 análise em plenárias nos câmpus e na Reitoria. Relatou que os cadernos de propostas elaborados
46 a partir das decisões dessas plenárias foram debatidos durante as cinco fases do Congresso,
47 que foram transmitidas via web. Os cadernos de votação também foram divulgados. A CCS
48 sistematizou as propostas aprovadas e finalizou a construção dos três novos documentos, o
49 Estatuto (que também foi submetido à análise da Procuradoria Federal junto ao IFG), o PPPI e o
50 PDI. O presidente agradeceu o trabalho realizado pela CCS e por todos os delegados que
51 participaram do Congresso e em seguida, passou a palavra para a conselheira Aline Silva
52 Barroso, presidente da Câmara Consultiva de Desenvolvimento Institucional, que apresentou

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

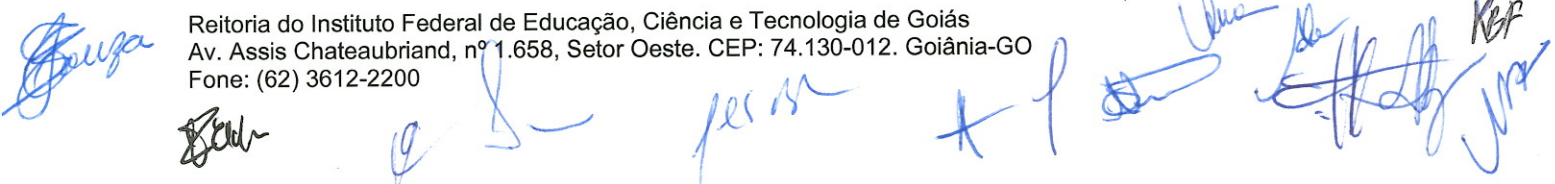
Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

53 parecer sobre o Estatuto. A conselheira explicou que trará para o debate as questões que a
54 própria Câmara não conseguiu resolver. Quanto às sugestões apresentadas pela Procuradoria
55 Federal, a CCS relatou o que acatou e não acatou dela, e assim o fez a Câmara Consultiva.
56 Foram apresentadas as alterações sugeridas pela procuradoria relacionadas à estrutura textual,
57 que foram acatadas pela CCS e pela Câmara. A câmara e a CCS não acataram a sugestão da
58 procuradoria de retirar os percentuais previstos para vagas de nível médio, licenciatura e EJA. A
59 Câmara entendeu que os percentuais explícitos no texto do Estatuto facilitam até mesmo o
60 entendimento do que está previsto na Lei nº 11.892/2008. Outro ponto de divergência entre as
61 sugestões da procuradora e o parecer da Câmara foi sobre a retirada da previsão de que os
62 cursos de pós-graduação *lato sensu* serão gratuitos. A conselheira Aline explicou que a
63 procuradoria considerou o julgado recente do STF que prevê a possibilidade de cobrança de
64 mensalidade por instituição pública de ensino e ressaltou que a Câmara entende que a instituição
65 optou pela gratuidade em todos os níveis e modalidades de ensino. A procuradora sugeriu que
66 os objetivos e a finalidade da instituição sejam transcritos para o Estatuto exatamente como
67 consta na Lei nº 11.892/2008. A conselheira Aline esclareceu que as alterações no primeiro item
68 do Estatuto sobre objetivos e finalidades foram ampliações do que está previsto na lei. O
69 presidente colocou esse item em apreciação. A conselheira Ana Lúcia Siqueira de Oliveira
70 defendeu a manutenção do texto conforme foi aprovado no Congresso, que amplia o sentido do
71 que está na lei, sem modificar seu sentido. Em votação, o plenário decidiu pela proposta de se
72 manter o texto conforme aprovado no Congresso. Para um dos itens relacionados aos objetivos, o
73 texto aprovado no congresso prevê que o IFG promova unicamente educação integrada. Nesse
74 caso, a conselheira Aline afirmou que a Câmara entendeu que o texto ficou limitador, não
75 atendendo ao que estava previsto na lei. O pleno concordou que deve ser mantido o texto como
76 está na Lei e no estatuto vigente. A câmara sugeriu também que fossem juntados itens que
77 possuem conteúdos semelhantes. A sugestão da procuradoria de acréscimos de competências ao
78 Conselho Superior foi acatada pela Câmara. A sugestão da procuradora de incluir as diretorias
79 sistêmicas como ligadas à Reitoria não foi acatada por ter sido tema debatido e votado em
80 plenária. Sobre a possibilidade de alteração do Estatuto, a procuradora sugeriu que esteja prevista
81 no texto. A conselheira Aline explicou que existem duas formas de fazer alterações. Uma delas é
82 por meio de estatuinte, a cada cinco anos. Outra forma é por estatuinte extraordinária, feita pelo
83 Conselho Superior. A conselheira explicou que a Câmara acatou essa sugestão da procuradora.
84 Finalizada a apresentação do parecer, o presidente o colocou em votação, que foi aprovado.
85 Passou-se, então, para o próximo ponto de pauta, a Minuta do Projeto Político Pedagógico
86 Institucional – PPPI. O presidente passou a palavra para a conselheira Patrícia Santiago,
87 presidente da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão, que ficou responsável pelo parecer da
88 minuta. A conselheira passou a palavra para o conselheiro Alan Dumont, que foi o relator. O
89 conselheiro explicou as funções e os princípios do PPPI e apresentou o parecer da Câmara, que
90 foi favorável ao documento, considerando sua revisão textual e de formatação. O presidente
91 colocou o parecer em apreciação, que foi aprovado em votação. A conselheira Aline foi a relatora
92 do próximo documento em pauta, a Minuta do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Ela
93 explicou que a análise da Câmara baseou-se no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017,
94 que define elementos mínimos que devem estar contidos no PDI. Um dos pontos de divergência
95 entre a minuta e a legislação, é o termo “função social” usado no lugar de “missão”. A Câmara
96 verificou que os outros Institutos Federais utilizam o termo “missão”, portanto, trouxe essa questão
97 para decisão da plenária. O conselheiro Sandro de Lima fez a defesa do uso do termo “função
98 social”, considerando as políticas públicas que a instituição visa estabelecer como compromisso.
99 O conselheiro Kepler Benchimol defendeu a manutenção do termo “missão”, por ser um conceito
100 tanto para instituição pública como privada, e que abrange a razão de ser da instituição e sua
101 função social. Em votação, o uso do termo “função social” foi aprovado. A Câmara sugeriu que os
102 prazos para vigência sejam corrigidos no documento. A câmara propôs que seja estabelecido o
103 prazo de até o final de 2019 para a produção do Plano Diretor da instituição e do mecanismo de
104 acompanhamento do PDI. A conselheira apresentou outras alterações sugeridas para adequação

105 estrutural e vocabular do texto, de modo a atender ao que foi votado no Congresso e à legislação.
106 Foi relatado que está faltando na minuta informações relativas à infraestrutura da instituição e que
107 a Reitoria emitiu Memorando-Circular aos setores responsáveis para que encaminhem essas
108 informações até março de 2019. A Câmara reafirmou que os dados devem ser anexados ao
109 documento até março ou até o credenciamento institucional. O mesmo foi feito em relação ao
110 demonstrativo de capacidade de sustentabilidade financeira e às informações sobre a oferta de
111 educação a distância. Sobre a construção da política de internacionalização, a Câmara sugeriu
112 que seja estabelecido um prazo. Além disso, a Câmara propôs que o documento passe por revisão
113 ortográfica e de formatação. O conselheiro Fernando dos Reis explicitou preocupação em relação
114 ao prazo para pensar no PDI informações sobre infraestrutura de laboratório, biblioteca e acervo
115 bibliográfico, considerando que o credenciamento institucional será em 10 de março. Presidente
116 concordou que será necessário reestabelecer o prazo para o final de fevereiro. O presidente
117 colocou em votação o parecer sobre a minuta do PDI, que foi aprovado. O presidente ressaltou
118 que o Regimento Geral é um documento que também será cobrado da instituição. Recordou que a
119 minuta desse documento já foi pauta deste conselho, porém teve sua discussão interrompida
120 porque dependia da finalização do novo Estatuto. Considerando que o prazo para discussão é
121 curto até a vinda da comissão de credenciamento, o presidente solicitou que os conselheiros
122 sugerissem o melhor encaminhamento para essa questão. A conselheira Aline relatou que a
123 Câmara Consultiva de Desenvolvimento Institucional já debateu sobre a importância do
124 Regimento e de se estabelecer uma metodologia para sua discussão e sugeriu que, considerando
125 a finalização e aprovação dos três documentos (PPPI, PDI e Estatuto), os trabalhos sobre o
126 Regimento sejam imediatamente retomados. Todavia, a Câmara propôs que, para não haver
127 prejuízo com os prazos, o Conselho aprove o documento como ele está minutado, contendo as
128 alterações que estão no novo Estatuto aprovado, mas que seja estabelecido o ano de 2019 como
129 prazo limite para revisão do documento. O conselheiro Sandro de Lima alegou que não considera
130 viável que o documento seja aprovado na presente data, já que não estava em pauta, e sugeriu
131 que tal assunto seja discutido na reunião extraordinária do próximo dia 13, quinta-feira, para que
132 se possa fazer a adequação dos itens que estão em confronto com o novo Estatuto. O conselheiro
133 Kepler questionou se o documento a ser aprovado, conforme sugestão da conselheira Aline, é
134 uma reformulação do Regimento anterior com as atualizações pertinentes. A conselheira Aline
135 afirmou que o Estatuto estabelece pontos que alteram o Regimento vigente e que, portanto,
136 precisam ser alterados, e então, o documento a ser aprovado de imediato já traria essas
137 atualizações. O presidente verificou que se haverá quórum para a reunião do próximo dia 13 e
138 concordou que a minuta do Regimento será discutida nesse dia. Passou-se então para o próximo
139 ponto de pauta, o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna - PAINT 2019. O presidente
140 convidou o servidor José Augusto Costa, Auditor Chefe Substituto, para breve apresentação do
141 documento. O Auditor explicou que o documento já foi apresentado à Controladoria Geral da
142 União – CGU, que emitiu nota técnica relatando que o prazo estabelecido foi cumprido, que houve
143 aderência à legislação aplicável, com algumas ressalvas, que já foram corrigidas pela Auditoria
144 Interna. Em votação, o documento foi aprovado. O presidente agradeceu a presença do auditor
145 José Augusto. Para o próximo assunto da pauta, os Calendários Acadêmicos 2019, a palavra foi
146 passada para a conselheira Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon, relatora do parecer da
147 Câmara Consultiva de Ensino, Pesquisa e Extensão. A conselheira relatou que as propostas de
148 calendários foram construídas pelos campi, com a participação da comunidade acadêmica e
149 analisadas pela Diretoria de Administração Acadêmica da Pró-Reitoria de Ensino. O parecer da
150 câmara foi favorável à aprovação dos calendários, que também foram aprovados pelo pleno. O
151 próximo item da pauta, a apreciação da oferta e do PPC do curso de Especialização em Educação
152 para Cidadania do Campus Formosa, teve como relatora a conselheira Ana Lúcia Siqueira. A
153 conselheira explicou que as alterações aprovadas no Conepex já foram corrigidas no texto do
154 projeto e relatou as instâncias pelas quais o documento passou, além de destacar sua
155 importância. A Câmara emitiu parecer favorável, sem ressalvas. Em votação, o oferta e o PPC
156 foram aprovados. Em seguida, a conselheira Patrícia relatou o parecer da Câmara sobre a Minuta



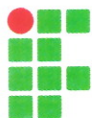
157 do Regulamento para Concessão de Bolsas. A conselheira explicou que o documento trata de
158 bolsas de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento, capacitação científica e tecnológica,
159 inovação e intercâmbio. Relatou os trâmites pelos quais o documento passou e as sugestões da
160 câmara para adequações no conteúdo do texto. Após a apreciação do pleno, o parecer da câmara
161 foi aprovado em votação. Para a apreciação do PPC do curso de Licenciatura em Química do
162 Câmpus Luziânia, passou-se a palavra para o conselheiro Fernando dos Reis, que foi o relator do
163 parecer. O conselheiro relatou as características do curso e explicou que o curso já é ofertado e
164 seu PPC passou por uma revisão. O parecer da câmara sugere correções textuais e de
165 formatação, maior clareza quanto à estrutura do câmpus, e quanto às atividades de monitoria.
166 Considerando as alterações citadas, o parecer da Câmara foi favorável. Em votação, o parecer foi
167 aprovado. O conselheiro Shilton Caldeira Nunes foi responsável pela relatoria do parecer sobre o
168 PPC do curso de Licenciatura em Letras do Câmpus Goiânia. O conselheiro apresentou as
169 características do curso e os trâmites pelos quais o PPC passou, se que agora apresenta-se
170 revisado, já que o curso já é ofertado desde 2015. O parecer da Câmara foi favorável, sem
171 ressalvas. Em votação, o parecer foi aprovado. Para fazer a relatoria do parecer sobre a proposta
172 de Parceria da Fundação RTVE com o IFG, a palavra foi passada para a conselheira Patrícia. A
173 conselheira explicou que foi solicitada, pelo Conselho Universitário da UFG, a concordância deste
174 Consup para a parceria do IFG com a Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural (RTVE).
175 Explicou também que a rádio presta serviços de radiodifusão, comunicação, educação e cultura.
176 Considerando que os produtos realizados pela parceria podem potencializar as ações de ensino,
177 pesquisa e extensão desta instituição, o parecer da câmara foi favorável à aprovação da parceria.
178 O conselheiro Sandro de Lima manifestou-se favorável à aprovação mas ressaltou que o IFG
179 deve focar-se em construir seu próprio veículo e sua própria política de comunicação. Em votação,
180 o parecer da câmara foi aprovado. O último ponto de pauta, a solicitação de alteração da
181 Resolução 41/2017 (Política de Gestão de Riscos), teve como relatoria a conselheira Aline. A
182 Câmara não concordou com uma das alterações propostas, que foi a alteração do inciso V do art.
183 10, de "Responsável pela área de Desenvolvimento Institucional" para "Responsável pela área de
184 Planejamento e Desenvolvimento Institucional", e sugeriu que o inciso tenha o seguinte texto:
185 "Responsável pela área de Planejamento Institucional". Às outras solicitações propostas, a
186 câmara manifestou-se favorável. Em votação, o parecer foi favorável. Nada mais havendo a tratar,
187 o presidente agradeceu a participação dos conselheiros e encerrou a reunião às dezesseis horas e
188 quarenta minutos. Eu, Fernanda Eline de Oliveira, lavrei a presente Ata.


Jerônimo Rodrigues da Silva
Presidente do Conselho Superior

Representantes do Colégio de Dirigentes do IFG


José Carlos Barros Silva
Titular


Amaury França Araújo
Suplente



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA

207
208
209
210
211
212



Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon
Titular

Écio Naves Duarte
Suplente


Sandro Ramos de Lima
Titular

213
214
215

João Marcos Bailão de Lima
Suplente


Aline Silva Barroso
Titular


Ubaldo Eleutério da Silva
Suplente


Ana Lúcia Siqueira de Oliveira
Titular

Reinaldo de Lima Reis Junior
Suplente

Representantes dos servidores Docentes

226
227
228
229
230
231
232


Patrícia Santiago Vieira Furtado
Titular

233
234
235

Renato Araújo Teixeira
Suplente


Elder Getaldo Domingues
Titular

Wagner Pereira Lopes
Suplente


Alan Dumont Clemente
Titular

Nilton Ricetti Xavier de Nazareno
Suplente


Moisés Gregório da Silva
Titular

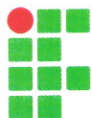
Vandré Antonio de Assis Gomes
Suplente

Fernando dos Reis de Carvalho
Titular

Alan de Freitas Oliveira
Suplente

Representantes dos servidores Técnico-Administrativos

249
250
251
252
253
254
255



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA

Sandra Lúcia Gonçalves
Titular

256
257
258

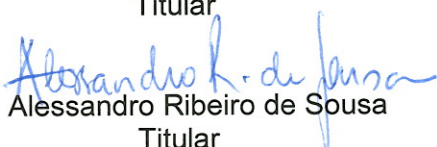
Reginaldo de Fátima Gomes Pacheco
Suplente


Fernando Augusto Messias
Titular


Kepler Benchimol Ferreira
Suplente


Shilton Caldeira Nunes
Titular

Rafael Cortês Ferreira
Suplente


Alessandro Ribeiro de Sousa
Titular

Alexandre Borges Fernandes Camozzi
Suplente


Charles Júnior de Souza
Titular

Renistenes Eunice Costa Campelo
Suplente

Representantes dos Discentes

Gabriel Bernardes Coelho Lima
Titular

John Lennon Silva
Titular

Marques Teodoro Gontijo Silva
Suplente

Giovanna Cordeiro Guimarães
Titular

Émerson Clemente Araújo
Suplente


Alice Alves Lima
Titular

Karla da Silva Araújo
Suplente

Rebecca Marques Martins Lima de Oliveira
Titular

Werikson Silva Faria
Suplente

298
299
300
301
302
303
304
305
306
307

Josilene de Sousa Santos
Suplente

Representantes dos Egressos

Marco Aurélio Anacleto de Toledo
Titular

Thiberio Jardim de Oliveira
Suplente

308
309
310
311


João Rocha de Assis
Titular

Davi Miranda Silva
Suplente

312
313
314
315
316
317

Representantes da SETEC/MEC

Vicente Pereira de Almeida
Titular

Luiz Simão Staszczak
Suplente

318
319
320
321
322
323
324

Representantes da Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Goiás

Roberto da Piedade Francisco
Titular

Naiade Souza di Rocha
Suplente

325
326

Luiz Batista Alves
Titular

Juscelino Afonso de Sá
Suplente

327
328
329
330
331
332
333

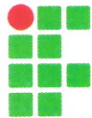
Representantes da Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Hélio Naves
Titular

Ivan da Glória Teixeira
Suplente

334





INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA

335
336
337
338
339
340
341
342

Representantes da Federação do Comércio do Estado de Goiás


Márcia Pereira Carvalho
Titular

Rosilda da Rocha Campos
Suplente

343
344
345
346
347
348
349

Representantes da Força Sindical de Goiás

Aloísio Silva de Aguiar
Titular

Rherman de Souza Pires
Suplente

350
351
352
353
354
355
356


Fernanda Eline de Oliveira
Secretária do Conselho Superior

